

acordo de insistência parlamentar e que foi concretizado.

Conseguimos ainda submeter na Assembleia a sinalização do 25 de Novembro, o Dia Internacional da Eliminação de Violência Contra as Mulheres e os 16 dias de activismo, como uma cerimónia que anualmente se irá assinalar. Portanto, é algo que ficou feito antes da dissolução.

Por outro lado, conseguimos que haja este reforço dos apoios à causa animal e esta sensibilidade, não só por parte do Governo Regional, mas nós enquanto partidos, quando trazemos estes temas à baila, os próprios municípios, que também são feridos por entidades partidárias, acabam muitas vezes por despertar para estas questões.

Isso aconteceu também com a taxa turística, embora não tenha sido implementada nos moldes que o PAN gostaria que tivesse sido. Não se falava em taxa turística, mas a partir do momento em que é uma exigência do acordo de incidência parlamentar com o PAN, todos os municípios quiseram fazê-lo, estão a trabalhar nesse sentido.

Sentem isso como uma conquista vossa? Sem dúvida, porque há a tal influência que muitos acham que nós não tivemos, mas depois nestas pequenas coisas fica clara a influência que o PAN teve várias matérias. Se não tivéssemos trazido essas questões e não as tivéssemos posto como obrigação num acordo formal escrito, nunca teríamos tido essas conquistas (...).

Sempre falámos também da questão da aquacultura e das jaulas e colocámos essa questão e algumas das nossas preocupações quando tivemos reunião com o secretário do Mar e Pescas. Há um trabalho de motorização que tem que ser feito e esperemos que, depois, com os resultados possa perceber, de facto, o que é que é importante melhorar na forma como se está a desenvolver esse trabalho (...).

O teleférico do Curral das Freiras é outro caso em que o PAN mostra claramente a influência que teve. Não foi a influência que as pessoas gostariam e que nós, num primeiro momento, gostaríamos. A nossa primeira exigência foi que não avançasse o projecto e foi quando nos deparámos com contratos que já estavam assinados, com gastos que já tinham sido assumidos por parte das entidades privadas e que, ao voltar atrás no âmbito do contrato, traria prejuízos para a Região, porque teria de ser feita uma indemnização por parte do Governo Regional. Então, numa atitude responsável, entrámos num trabalho de negociação e diálogo com os concessionários, com a Secretaria Regional do Ambiente e fizemos uma auscultação à população do Curral das Freiras organizada por nós. Tivemos cerca de 20 pessoas nessa auscultação, a maioria comerciantes da zona e alguns moradores. Nenhum deles se opôs ao teleférico, as questões que nos le-

vantaram tinham a ver com a falta de estacionamento, porque já existe um grande fluxo de turistas no Curral das Freiras (...) e a questão da estrada, que é algo que já é prometido há muitos anos.

Falámos daquilo que o PAN já fez. Qual é, agora, o vosso objectivo? O nosso objectivo é, de facto, continuarmos a manter esta representação no Parlamento, para podermos dar continuidade àquilo que estávamos a fazer. Delineámos um projecto para quatro anos e não é em seis meses que conseguimos resolver problemas graves e complexos, como as questões da habitação e da saúde. Temos sido também acusados de que devíamos ter exigido e feito muito mais, mas o PAN só esteve seis meses na Assembleia. Faltou-nos tempo e condições de estabilidade, porque o facto de estarmos constantemente com processos eleitorais à porta, seja de âmbito regional ou nacional, também não facilita a que os partidos tenham um bocadinho de 'descanso' para se poderem concentrar e trabalhar naquilo que realmente importa.

Quais são as bandeiras do PAN para esta campanha? Aquilo que o PAN pretende, caso volte a ser eleito, é trabalhar nas questões da habitação. Nós consideramos que deve haver uma revisão dos programas públicos que existem, para abarcar o máximo de pessoas possível, porque temos cada vez mais pessoas em situações de precariedade no que toca à habitação. Não falamos só de pessoas que dependem de apoios sociais, mas de uma classe média e, sobretudo da juventude, que não tem estabilidade muitas vezes profissional ou não tem rendimentos suficientes para obter créditos bancários (...). Tem de haver, de facto, um aumento da oferta de habitação a preços mais acessíveis e que correspondam àquela que é a realidade económica das famílias.

Estamos também muito preocupados com a questão do turismo sustentável. Temos lido as notícias de fluxo de carros no Pico do Areeiro e no Pico do Ruivo e aquilo que nós defendemos é que é importante o turismo (ainda bem que o temos), mas devemos começar a pensar em regras para limitar e para não estar também a pôr em causa e a prejudicar a qualidade de vida dos madeirenses e, até mesmo, a preservação da Natureza. Estes espaços ficam lotados e, muitas vezes, vemos lixo, os percursos acabam por ficar degradados e tudo isso exige recursos, exige financiamento e, portanto, nós defendemos que haja este controlo e que haja estas entradas pagas em determinados sítios (...).

Outra área que, sem dúvida, continuará a ser a nossa bandeira e que está na nossa génese e nos marca pela diferença é a causa animal, que não pode ficar descurada. Nós temos visto nestes últimos dias as notícias de maus-tratos animais, inclusive da utilização de animais por pessoas com toxicod dependência, que aca-



DELINEÁMOS UM PROJECTO PARA QUATRO ANOS. NÃO É EM SEIS MESES QUE CONSEGUIMOS RESOLVER PROBLEMAS NA HABITAÇÃO OU SAÚDE

O ACORDO DE INCIDÊNCIA PARLAMENTAR EM NENHUM MOMENTO COLOCOU EM CAUSA A NOSSA IDENTIDADE

bam também por colocá-los sob efeito de estupefacientes. É uma questão de saúde pública, de bem-estar animal e que já devia estar a ser olhada com uma outra seriedade.

É igualmente importante haver mais centros de recolha animal com as devidas condições, porque nós sabemos que as associações estão lotadas e muitas vezes já não conseguem dar resposta. É preciso, de facto, olhar para as associações e para o trabalho que fazem e haver um aumento das verbas para que possam ter mais recursos humanos e melhores espaços para conseguirem dar resposta a estas questões.

É importante também a revisão dos estatutos da Provedoria do Animal, que foi algo que estivemos a defender durante estes seis meses e que é um trabalho a que gostaríamos de dar continuidade (...). É extremamente importante haver esta regulamentação [a nível regional] da utilização dos animais e, por outro lado, importa haver penalização para que estas situações [de maus-tratos] não continuem a acontecer.

O Tribunal Constitucional voltou a dar razão a Joaquim Sousa. A questão impõe-se: A nível interno, o partido está unido? O PAN teve, realmente, vários conflitos internos ao longo do tempo. Acontece em qualquer partido (...). É impossível nós pretendermos que, num partido político, toda a gente pense da mesma maneira, mas há formas construtivas de discutir, debater, trabalhar e de chegar a um consenso.

Após Joaquim Sousa houve toda uma renovação do partido, todo um começar do zero, que tem sido extremamente positivo (...). É uma questão que nós queremos deixar para

trás, não porque desvalorizemos, mas porque faz parte do passado. É uma pessoa que se desfilou, houve outras pessoas no partido a nível nacional que também se desfiliaram, mas isso não abala o partido (...).

Posso dizer que o PAN tem finalmente uma comissão política regional estável, coesa e preparada para enfrentar os desafios que aí vêm.

Estão abertos a novos acordos ou ligações com outras forças políticas? Acho que agora as pessoas começam a perceber o porquê do acordo de incidência parlamentar, que na altura foi muito controverso. Eu também percebo que as pessoas estejam cansadas de haver sempre uma maioria ao longo de muitos anos, mas esquecem-se que em Setembro de 2023 não houve essa maioria, daí a necessidade de um acordo de incidência parlamentar. Ou seja, embora haja uma maioria parlamentar, não significa que seja [uma maioria] absoluta e o PAN mostrou várias vezes durante as sessões plenárias que não tem disciplina de voto, que nós analisamos os diplomas conforme a nossa perspectiva e tantas vezes viabilizámos medidas de outros partidos, que o PSD e o CDS não aprovaram. Nós mantivemos sempre a nossa identidade e o futuro passa por acordos de incidência parlamentar, basta olharmos para toda a Europa.

Com qualquer força política? Com qualquer força política que seja democrática...

Há alguma força política não democrática a concorrer às eleições? Há forças políticas extremistas que, apesar de serem reconhecidas pelo Tribunal Constitucional e terem toda a legitimidade para cá estarem, representam determinadas bandeiras e determinadas faixas da população, com as quais o PAN não se revê de todo. Quando não têm na base os direitos e as liberdades das pessoas é muito difícil conseguirmos dialogar.

Somos a favor de que não podemos só discutir com quem é que é igual a nós, porque aí não há evolução. No acordo de incidência parlamentar com o PSD, é verdade que divergíamos em várias matérias, mas foi o facto de termos esta obrigatoriedade escrita de trabalhar em conjunto e negociar que fez com que muitas das perspectivas do PAN fossem incluídas (...). Não sei se todas as forças políticas têm essa maturidade e a capacidade para o fazer.

Da parte do PAN, nós vamos ser sempre um partido de construção e um partido de solução. Temos que colocar o bem-estar da população à frente de qualquer interesse partidário e, nesse sentido, vamos ter sempre essa atitude responsá-

vel. A ver vamos quais serão os resultados que irão sair de 26 de Maio.

Que apelo gostava de deixar aos madeirenses? Apelava aos madeirenses que estejam muito atentos. Não a este período de campanha, às promessas vagas que são feitas, nem às ideias fáceis. Ninguém consegue acabar com a corrupção de hoje para amanhã. Nenhum partido é a favor da corrupção. Não somos todos iguais, basta ver os programas eleitorais, basta ver o percurso que cada partido fez. Acho que é importante perderem também um bocadinho de tempo para assistirem aos plenários, porque é lá que se percebe a essência dos partidos e a seriedade com que estão ou não na política (...).

Vão votar, não deixem que seja abstenção a ganhar, mas também não usem em vão. Não vão votar só para protestar. Podemos estar muito zangados com Deus, mas não é por isso que vamos votar no Diabo.

